



As origens das assimetrias estruturais brasileiras

The origins of Brazilian structural asymmetries

CRISTIANO STARLING ERSE

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos (2001). Mestre e doutorando em Ciências Jurídicas-Empresariais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra/Portugal. Pesquisador visitante nas Faculdades de Direito das Universidades de Bolonha e Florença (Programa da União Europeia - Erasmus Placement). Especialista em gestão universitária pela Carta Consulta. Mediador judicial. Graduando em psicologia. Professor na Faculdade Arnaldo Janssen. Professor das pós-graduações da Faculdade Arnaldo Janssen. Tem experiência na área de Direito e Administração, com ênfase em Direito Empresarial, atuando principalmente nos seguintes temas: governança corporativa, sociedades familiares, arbitragem internacional; direito educacional.
cserse@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como tema estudar as origens das assimetrias estruturais brasileiras. Objetiva-se, com isso, criar as condições necessárias para uma melhor compreensão do assunto, por meio de uma visão crítico-reflexiva que envolveu a abordagem de conceitos e de obras clássicas do direito, da sociologia, da antropologia e da historiografia. A pesquisa é teórica e interdisciplinar.

Palavras-chave: assimetrias estruturais; minorias; origens históricas; justiça social.

ABSTRACT

This paper focuses on studying the origins of Brazilian structural asymmetries. The aim is to establish the necessary conditions for a better understanding of the subject, through a critical-reflective perspective that encompasses the approach of concepts and classic works from law, sociology, anthropology, and historiography. The research is theoretical and interdisciplinary.

Keywords: structural asymmetries; minorities; historical origins; social justice.



UNIDADE FUNCIONÁRIOS:

📍 Praça João Pessoa, 200 | Funcionários
Belo Horizonte | MG | 30140-020
☎️ 31 3524.5000

UNIDADE ANCHIETA:

📍 Rua Vítório Marçola, 360 | Anchieta
Belo Horizonte | MG | 30310-360
☎️ 31 3524.5204

UNIDADE PILAR:

📍 Rua Professor Otílio Macedo, 12 | Olhos D'Água
Belo Horizonte | MG | 30390-200
☎️ 31 4009.0994

O tecido social brasileiro é marcado por uma diversidade étnica e cultural inigualável. O mosaico que se formou - resultado das interações entre povos originários indígenas, colonizadores europeus, africanos trazidos como escravos, e imigrantes de diversas partes do mundo - fez do Brasil uma nação plural e multifacetada.

Todavia, apesar dessa rica miscelânea, o referido contexto fomentou um conjunto de desigualdades consolidadas e enraizadas nas estruturas da sociedade que favoreceram a dominância de certos grupos sobre outros, fenômeno conhecido (pela sociologia crítica) sob a nomenclatura de “assimetrias estruturais” (BORDIEU, 2008).

Esses desequilíbrios - fruto de processos históricos, econômicos e culturais - delineiam as configurações de poder na sociedade contemporânea, moldando as interações entre os distintos grupos sociais.

Como decorrência lógica dessa realidade, surgem as chamadas "minorias político-sociais". O termo não é empregado estritamente em um sentido quantitativo, mas sobretudo qualitativo, denotando grupos com poder e influência reduzidos em determinados contextos societários.

Na sociedade brasileira, a perspectiva sociológica identifica como minoritários alguns grupos como os afro-brasileiros, os povos originários, a comunidade LGBTQIA+ e as mulheres. Estes grupos, por enfrentarem históricos e persistentes desafios relacionados à discriminação, representatividade e acesso a direitos fundamentais, estão frequentemente no centro de debates sobre justiça social, direitos humanos e equidade no Brasil.

O presente estudo deseja traçar de forma crítica e reflexiva uma análise sobre as origens dessas desigualdades, a partir de um estudo transversal e interdisciplinar.

2. PERFIL COLONIZADOR

Para melhor compreender como as minorias brasileiras se formaram é necessário analisar as características da sociedade portuguesa no momento em que

o Brasil foi “descoberto”, uma vez que elas foram transportadas para o novo mundo, influenciando profundamente a estrutura e os pilares fundacionais da sociedade brasileira.

Em termos políticos e sociais, Portugal era uma sociedade feudau, com uma nobreza rica e poderosa, de um lado, e um povo extremamente empobrecido, de outro. A nobreza portuguesa - uma das mais poderosas da Europa - controlava a política e a economia do país. (BOXER, 1992).

Em virtude disso, a sociedade portuguesa apresentava uma estrutura social rígida, conhecida como “sociedade de castas”. Essa estrutura determinava, por sua vez, a posição social dos indivíduos com base em critérios como origem étnica, cor da pele, e religião.

Pode-se afirmar com segurança que, no contexto da época, havia um verdadeiro sistema hierárquico, em que os brancos ocupavam o topo da pirâmide social. Os chamados “mestiços” - descendentes de portugueses com indígenas ou africanos – ficavam em uma posição intermediária na hierarquia social, tendo acesso a algumas oportunidades, mas com inúmeras restrições em relação aos brancos. Por fim, os negros e os povos originários indígenas formavam os níveis mais baixos, visto que eram considerados inferiores e tratados como propriedade, sendo submetidos ao trabalho escravo nas plantações, nas minas e nas atividades domésticas. (CARDOSO, 1998; FRANCO, 1997).

A sociedade de castas portuguesa adotava uma mentalidade de supremacia branca e eurocêntrica, na qual os brancos europeus se consideravam superiores aos demais grupos étnicos. Isso teve uma influência significativa na política escravagista adotada na colônia, contribuindo para a legitimação e perpetuação do sistema. (CARDOSO, 1998).

Frise-se que diante de referida e consolidada forma de pensar, a escravidão era considerada uma instituição natural e legítima, justificada pela suposta inferioridade dos escravizados. A esse fator, somaram-se os interesses econômicos, como a necessidade de mão de obra para o desenvolvimento da exploração agrícola e dos recursos naturais da colônia para obter lucro rápido e a falta de mão de obra livre. (REIS, 2015).

É dentro desse contexto que a escravidão se consolidou no Brasil como um sistema de produção que envolveu a exploração de diferentes recursos naturais, como a cana-de-açúcar, algodão, café e ouro, entre outros. (REIS, 2015).

Pautando-se na mesma lógica, os povos indígenas também foram vistos como seres inferiores e diferentes dos europeus. A abordagem colonizadora em relação aos povos indígenas originários foi, de igual modo, baseada em uma postura de dominação e subjugação, caracterizada pela violência, exploração e desrespeito aos seus modos de vida e tradições culturais. A prática de escravidão dos povos originários também foi comum, sobretudo nas regiões de produção de açúcar, onde eles eram utilizados como mão de obra. Além disso, os portugueses tentaram impor sua cultura e religião, o que resultou em conflitos e resistência. (VIVEIROS DECASTRO, 1996).

Além das características já mencionadas, pode-se afirmar com segurança que a sociedade portuguesa da época do descobrimento tinha fortes traços patriarcais e heteronormativos.

De acordo com Pierre Bourdieu (2002, p. 12):

O patriarcado pode ser definido como um sistema social e político em que o poder e a autoridade são concentrados nas mãos dos homens, enquanto as mulheres são subordinadas e sujeitas a relações de desigualdade e opressão. Esse sistema se baseia em normas, valores e estruturas que perpetuam a dominação masculina em diferentes esferas da vida, como na família, na política, na economia e na cultura.

O patriarcado português enfatizava a figura masculina como chefe de família e detentor do poder. O homem era considerado o provedor e o responsável pela tomada de decisões importantes, enquanto a mulher era relegada a um papel de submissão e dependência. Essa estrutura de poder patriarcal também se estendia à esfera pública, com a exclusão das mulheres de cargos políticos e da participação ativa na sociedade (GOMES, 2010).

Consequência dos papéis de gênero rígidos, as mulheres foram socialmente constrangidas a se dedicarem aos cuidados domésticos e à maternidade, enquanto os homens encorajados a buscar atividades remuneradas fora do lar. Essa divisão

sexual do trabalho refletia a desvalorização do feminino em relação ao masculino. (SANTOS, 2003).

A influência da Igreja Católica contribuiu muito para a manutenção desse cenário, uma vez que a concepção de pecado e virtude foi constantemente associada à submissão feminina e à dominação masculina, algo difundido pela igreja da época e reforçada nas práticas sociais. (SANTOS, 2003).

A questão da sexualidade na sociedade colonizadora era vista como algo natural e biológico, e a norma a relação heterossexual entre homem e mulher. Qualquer desvio desse padrão era visto, portanto, como algo imoral e condenável. Essa ideia era fortemente defendida pela Igreja Católica que considerava a união entre um homem e uma mulher o único formato legítimo e natural de relacionamento. (SÁ, 1999; VAINFAS, 1997).

Por fim, há de se falar da postura conservadora portuguesa da época colonizadora. A defesa intransigente da tradição, da ordem e da autoridade são elementos que dificultaram qualquer mudança em todo esse panorama estrutural da época. (VAINFAS, 1997).

3 CONSEQUÊNCIAS DA COLONIZAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO AS ASSIMETRIAS ESTRUTURAIS BRASILEIRAS.

3.1 "Casa-Grande & Senzala" e "Raízes do Brasil"

Quando se pensa em como as características colonizadoras contribuíram para as assimetrias estruturais brasileiras, imediatamente deve-se socorrer a duas grandes obras brasileiras: a) "Casa-Grande & Senzala", de Gilberto Freyre (1933); b) Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda (1936).

Em "Casa-Grande & Senzala", publicado originalmente em 1933, aborda-se a formação da sociedade brasileira a partir da interação entre colonizadores portugueses, povos originários indígenas e africanos escravizados. Nela, o autor constata que a estrutura social portuguesa, com suas hierarquias e relações de poder, foi transplantada para o Brasil e moldou as relações sociais, econômicas e culturais do país. (FREYRE, 2006).

Freyre faz uso da metáfora “casa-grande e senzala” para simbolizar a relação hierárquica nas origens do Brasil. A casa-grande, representa, nessa perspectiva, a elite colonizadora, enquanto a senzala, os escravizados, na formação da sociedade brasileira. (FREYRE, 2006).

A relação entre casa-grande e senzala é vista como complexa e repleta de ambiguidades, visto que as relações entre senhores e escravizados envolviam tanto violência e exploração como afeto e interações cotidianas. (FREYRE, 2006).

Apesar disso, Freyre destaca em seus estudos que a estrutura de castas portuguesa resultou em profundas desigualdades sociais e econômicas posteriores. Os privilégios da elite colonizadora e a opressão dos escravizados persistiram ao longo dos séculos, influenciando as relações raciais, o acesso a oportunidades e recursos, e a configuração do poder político e econômico. (FREYRE, 2006)

Em sentido confluyente, está a obra "Raízes do Brasil", escrita por Sérgio Buarque de Holanda e originalmente publicada em 1936.

Holanda explana que a estrutura de castas portuguesa deixou marcas profundas no Brasil colonial e pós-colonial, criando e normalizando uma mentalidade hierárquica, na qual o poder político e econômico ficou concentrado nas mãos de poucos, em detrimento da maioria da população. A referida estrutura afetou diretamente as relações familiares, a política, a economia e a vida cotidiana permeando todas as esferas da sociedade em um sistema baseado no privilégio e na submissão. (HOLANDA, 1995)

Organizando as informações e as conclusões dos mestres, percebe-se com clareza que na origem da sociedade brasileira foram estabelecidas estruturas que explicam algumas desigualdades sistemáticas até os dias atuais.

3.2 A “elite do atraso”

Mais recente é a obra do sociólogo brasileiro Jessé Souza, publicada em 2017, e intitulada "A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato". (SOUZA, 2017). Nela, o autor analisa as estruturas sociais e políticas do Brasil e argumenta que a elite econômica do país é responsável por perpetuar o atraso e a desigualdade social.

O autor sustenta - como seus antecessores Freyre e Holanda - que a nossa herança escravagista moldou a estrutura social e econômica do país, mas vai além ao afirmar que a elite brasileira - historicamente composta por grandes proprietários de terra e empresários - se beneficia das assimetrias e age para manter a desigualdade e a exploração em vez de combatê-la. (SOUZA, 2017)

Entre outras coisas, o autor critica o “discurso da meritocracia”, afirmando que teoria de que as elites se formam por méritos e compensações pessoais individuais é uma falácia que desconsidera o desequilíbrio de oportunidades na sua origem, tema já discutido no primeiro capítulo dessa obra. Esses e outros mecanismos são utilizados, segundo o autor, para a manutenção do poder e a preservação de privilégios de alguns grupos em relação a outros.

Jessé Souza discute ainda a relação entre a elite econômica e o Estado brasileiro, argumentando que as políticas públicas são frequentemente moldadas em benefício dos interesses da elite. Ele analisa casos como o da Operação Lava Jato, destacando como o combate à corrupção pode ser seletivo e servir como instrumento de perseguição política.

Além disso, o autor aborda as desigualdades raciais e de gênero no Brasil, argumentando que a elite se utiliza dessas diferenças para perpetuar a exploração e a exclusão social.

4 JUNTANDO OS PONTOS

Por todo o exposto, percebe-se que o Brasil, como nação, foi edificado sobre as bases de uma matriz colonial portuguesa, que, apesar de seus aspectos singulares, carregava consigo as características fundamentais das potências colonizadoras europeias.

Cada uma das características da sociedade portuguesa do período da colonização implicou na concretização de uma das grandes categorias de minoria sócio-política e em assimetrias que acarretam injustiças sociais graves.

A sociedade de castas foi reproduzida no Brasil e consolidou uma pirâmide social e econômica extremamente desequilibrada com um grupo pequeno que domina a economia, a política, e a cultura, de um lado, e uma massa oprimida que se submete a esse poderio, de outro.

O eurocentrismo e a política escravagista implantaram um papel de submissão e servidão de negros, pardos e dos povos originários indígenas, o que somado à ramificação econômica e social citada anteriormente faz com que esses grupos tenham desvantagens construídas e consolidadas historicamente.

O patriarcado, a heteronormatividade e a grande influência católica, por sua vez, fomentaram uma sociedade que desfavorece a condição feminina em relação ao masculino e a discriminação daqueles que têm orientações sexuais e de gênero diferentes por serem consideradas desviantes.

Assim, ao se observar as assimetrias estruturais contemporâneas no Brasil, como a sub-representação de grupos como os afro-brasileiros, os povos indígenas, as mulheres e a comunidade LGBTQIA+, não se deve ver tais fenômenos como fatos isolados, mas sim como ecos de um passado colonial que ainda ressoa em nossas instituições e em nossas interações sociais diárias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O legado da colonização portuguesa no Brasil não é simplesmente uma questão histórica, mas um aspecto central para entender a complexidade das relações sociais contemporâneas no país.

As hierarquias estabelecidas durante o período colonial moldaram o desenvolvimento social, econômico e político do Brasil de forma considerável. Embora a diversidade seja uma característica distintiva da sociedade brasileira, também o é a desigualdade enraizada em suas estruturas.

Olhar para o passado não é apenas um exercício acadêmico, mas uma necessidade para se entender e abordar as assimetrias do presente, o que justifica novas pesquisas na área.

Assim, em futuras investigações, recomenda-se temas como: a) o aprofundamento sobre o papel de potências coloniais além da portuguesa na formação do Brasil; b) a análise de como a interação de diversos grupos, como indígenas, europeus, africanos e imigrantes, influenciou a identidade nacional e os desdobramentos regionais desse entrelaçamento; c) a compreensão dos mecanismos que sustentam as desigualdades estruturais, buscando formas de contestar e reformular tais padrões em direção a um futuro equitativo; d) o exame de políticas públicas destinadas a remediar desequilíbrios históricos, avaliando sua efetividade e propondo melhorias; e) entre outras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. São Paulo: Edusp, 2008.
- FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Global Editora, 2006.
- GOMES, J. M. **Gênero, família e sociedade: as dimensões simbólicas da reprodução social**. São Paulo: Contexto, 2010.
- HALL, S. A. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- REIS, J. J. **Escravidão e Invenção da Liberdade: Estudos sobre o Negro no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. **Gênero, cultura e sociedade em Portugal (séculos XIII-XVIII)**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- SANTOS, M. R. A. Gênero, classe e raça na literatura colonial: o patriarcado português na escrita de Maria Firmina dos Reis. In: **Gênero e história**, n. 5. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU/UNICAMP, 2003.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.